- Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.
- Os itens desta prova devem ser resolvidos exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação Profissional, deixando-se de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes.

-- 1.ª PROVA OBJETIVA --

F1 – FUNDAMENTOS DA POLÍTICA PENAL BRASILEIRA

A respeito do histórico da criminologia e das escolas criminológicas, julgue os itens a seguir.

- 1 Partindo de um método empírico, Cesare Lombroso entendia que o delinquente possuía tendências criminosas naturais, que justificavam, inclusive, a aplicação da pena antes da prática delitiva.
- 2 A obra **Dos Delitos e das Penas**, de Cesare Beccaria, é considerada, pela maior parte da doutrina, como o marco inicial da criminologia científica.
- 3 Para a pseudociência, a fisionomia considerava a aparência do criminoso como determinante para a explicação do fenômeno criminal.
- 4 O jusnaturalismo pressupõe que os direitos decorrem da natureza humana, não dependendo do reconhecimento do Estado em razão de sua essência eterna e imutável.
- 5 A escola positivista defende que a punição do criminoso é baseada em seu livre-arbítrio, haja vista que o indivíduo escolhe a prática do mal ao invés do bem, devendo ser responsabilizado por suas escolhas.

No tocante à criminologia como ciência, julgue os próximos itens.

- 6 A criminologia é a ciência empírica voltada ao estudo do crime, da pessoa do infrator, da vítima e do controle social do comportamento delitivo, e tem natureza jurídico-penal, não havendo conteúdo interdisciplinar.
- 7 A prevenção secundária foca a pessoa do delinquente, com o intuito de prevenir a reincidência.
- 8 O estudo do papel da vítima e de sua contribuição na ocorrência delitiva é feito pela vitimologia.
- 9 Intervir na pessoa do infrator é uma das funções da criminologia moderna.

Julgue os itens que se seguem, com relação aos modelos teóricos criminológicos.

- 10 Dentro da noção de anomia, Durkheim entende que não há, necessariamente, a ausência de normas, mas, sim, seu enfraquecimento na influência das condutas sociais.
- 11 Da teoria do Labelling Approach, ou do etiquetamento, o ordenamento jurídico brasileiro trouxe algumas influências, como os institutos despenalizadores, as penas alternativas e as medidas cautelares diversas da prisão.
- 12 Na teoria da subcultura delinquente, entende-se que há uma rotulação da pessoa que não se enquadra no ciclo relacional majoritário, considerada um verdadeiro *outsider*, e que não há esperança de que este cumpra as normas sociais.

No que se refere aos fundamentos da política penal brasileira, julgue os itens subsequentes.

- 13 O garantismo penal pressupunha que o direito penal produzia apenas marginalização e estigmatização e não cumpria sua função social, defendendo que deveria haver, então, uma sistemática descriminalização de condutas.
- 14 A criminalização secundária é o exercício da ação punitiva e tem a persecução penal como seu reflexo claro.
- 15 Os tribunais têm entendido que, se o condenado fizer jus à progressão do regime fechado para o semiaberto e não houver tal estrutura para garantir a progressão, poderá ser aplicada a prisão domiciliar ou outra menos gravosa.
- 16 Cabe ao DEPEN articular, fomentar e apoiar a implantação de instrumentos de redução das altas taxas de encarceramento.
- 17 A ressocialização é dever exclusivo do Estado, não havendo por que se falar em conscientização da população no que se refere à aceitação dos indivíduos que praticaram delitos, já que essa aceitação não está vinculada às obrigações legais e constitucionais previstas.

F2 – DEPEN: ATRIBUIÇÕES E GESTÃO ORGANIZACIONAL

Em relação ao Sistema Penitenciário Nacional, a seus órgãos, história, gestão e controle, julgue os itens a seguir.

- 18 Três órgãos de controle externo destacam-se na elaboração de relatórios e produção de diagnóstico do sistema penitenciário nacional: o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT).
- 19 Das cinco penitenciárias federais em funcionamento, duas localizam-se no Centro-Oeste, duas no Nordeste e uma na Região Sul.
- 20 A gestão do sistema penitenciário federal é considerada eficaz e um exemplo viável a ser adotado na implementação dos sistemas estaduais.
- 21 É atribuição do DEPEN o acompanhamento da execução da pena das mulheres beneficiadas pela progressão especial, advinda da gravidez ou de ser responsável por crianças ou pessoas com deficiência.
- 22 Criada na década de 1850, a primeira penitenciária brasileira foi a Casa de Correção de São Paulo, que adotava o estilo panóptico, com edifício em forma de anel e uma torre de vigilância no centro.
- 23 O DEPEN foi idealizado como órgão executivo da Política Penitenciária Nacional quando da aprovação do Código Penitenciário pelo Congresso Nacional.

Quanto ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) e suas resoluções, julgue os itens que se seguem.

- 24 O CNPCC é um órgão subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e que conta com o apoio administrativo e financeiro do DEPEN.
- 25 A cada oito anos, o CNPCC elabora o Plano Nacional de Política Criminal, que fixa as diretrizes de planejamento de longo prazo para essa política pública, em atendimento ao contido na Lei de Execução Penal.
- 26 O controle de ingresso das pessoas ao estabelecimento prisional não poderá ser feito de forma vexatória, desumana ou degradante, sendo admitidas: revista sem desnudamento, uso de cães farejadores, desde que treinados para esse fim, e uso de equipamentos detectores.
- 27 Antes e depois de cada deslocamento, serão fornecidas água potável e alimentação suficiente e adequada às pessoas presas transportadas, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal.
- 28 É diretriz para a administração penitenciária a construção preferencial de unidades com no máximo 500 vagas.

Em relação ao Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) e à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), julgue os itens subsequentes.

- 29 No Brasil, existem 927 municípios que possuem unidade prisional em seu território e menos da metade aderiu à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), que prevê a inclusão da população penitenciária no SUS.
- 30 O FUNPEN é um fundo afetado a um interesse público e gerido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- 31 Por expressa vedação legal, doações de pessoas físicas estrangeiras não podem constituir recursos do FUNPEN.
- 32 Os recursos do FUNPEN serão aplicados na formação cultural do preso e em programas de assistência às vítimas de crime, entre outras atribuições.
- 33 A descentralização de recursos do FUNPEN diretamente para os fundos estaduais, distrital e municipais, de forma obrigatória e com a periodicidade anual, ocorre mediante convênio.

Quanto à Força de Cooperação Penitenciária (FOCOPEN), julgue os próximos itens.

- 34 A Força Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP) é composta por agentes federais de execução penal, agentes penitenciários estaduais e do Distrito Federal, cedidos com base em convênios de cooperação federativa, instrumento jurídico padrão celebrado entre os estados e a União.
- 35 As operações da Força de Cooperação Penitenciária visam à retomada do controle de unidades prisionais estaduais em situações críticas atuais ou iminentes marcadas pela efetiva presença do Estado, podendo ocorrer por meio de ações de segurança penitenciária, de assistência jurídica e(ou) de cidadania.
- 36 O Defensoria sem Fronteiras decorre de convênio firmado entre o DEPEN e as Defensorias Públicas do país e tem por objetivo atuar em estabelecimentos que estão em situações precárias nas áreas de segurança e assistências, com superlotação, violência e violação de direitos no sistema prisional.

Julgue os itens subsequentes, acerca do sistema penitenciário nacional.

- 37 No âmbito da execução penal e do sistema prisional brasileiro, a comprovação da pessoa declarada indígena, para fins de custódia nessa condição, será feita por cadastro na FUNAI.
- 38 Presos originários de estados sem representação diplomática ou consular no país devem ter acesso a recursos similares para se comunicarem com seus representantes diplomáticos ou com qualquer autoridade que tenha como tarefa representar seus interesses ou proteger tais indivíduos.
- 39 De acordo com o Sistema de Informações do DEPEN, analisando os dados de 2014, 2017 e 2019, a população de presos estrangeiros está em ascensão no Brasil, destacando-se o aumento de presas estrangeiras.
- 40 Quanto à custódia de pessoas LGBTI+, é fundamental que recebam exatamente o mesmo tratamento que os demais presos, evitando-se desigualdades.
- 41 O Sistema Integrado de Administração Penitenciária (SIAPEN), *software* elaborado pelo DEPEN e utilizado nos estabelecimentos penitenciários federais, é responsável pela administração das rotinas carcerárias.
- 42 O preso deve ter o prazo de 22 a 30 dias para a leitura de uma obra, apresentando, ao final, resenha que será avaliada; cada obra lida possibilita a remição de quatro dias de pena, com o limite de doze obras por ano, ou seja, no máximo 48 dias de remição por leitura a cada 12 meses.

F3 – PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NA EXECUÇÃO PENAL

Em relação ao Controle da Administração Pública, especialmente no âmbito da Execução Penal, julgue os itens a seguir.

- 43 A Administração Pública está submetida a diversas modalidades de controle, com o objetivo de assegurar se o interesse público está sendo atendido; entre elas, inclui-se o controle social, exercido pelos cidadãos de diversas formas, como a participação em audiências públicas, ou por meio do Poder Legislativo.
- 44 Ao se acessar o sítio de determinada ouvidoria, o usuário observa na página inicial estatísticas de reclamações e elogios feitos em relação aos serviços prestados; trata-se de atuação desse órgão em atendimento à transparência, na modalidade ativa.
- 45 As ouvidorias públicas são mecanismos de participação social na Administração, inclusive no âmbito penitenciário, que contam com a Ouvidoria Nacional de Serviços Penais, cujos objetivos primordiais incluem o monitoramento dos estabelecimentos penais, ressalvada a realização de inspeções.

Julgue os itens que se seguem, referentes aos órgãos da execução penal e à atividade de controle.

- 46** O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, composto por 13 membros, é subordinado ao Ministério da Justiça e atua como órgão fiscalizador da execução da pena, inclusive oferecendo pareceres nos pedidos de livramento condicional.
- 47** O Departamento Penitenciário Nacional é órgão executivo da Política Penitenciária Nacional, previsto na Lei de Execução Penal, e tem como atribuição, entre outras, acompanhar a execução da pena de mulheres beneficiadas pela progressão especial decorrente da gestação, monitorando sua integração social e a ocorrência de reincidência.
- 48** Independentemente de solicitação, a Ouvidoria Nacional dos Serviços Penais deverá guardar o sigilo de identidade do cidadão que apresentar demanda àquela unidade.
- 49** O Departamento Penitenciário Nacional poderá celebrar convênios com outras unidades federativas com o objetivo de colaborar na implantação de estabelecimentos e serviços penais bem como na instituição do cadastro nacional de vagas existentes em estabelecimentos locais destinadas ao cumprimento de penas privativas de liberdade aplicadas pela justiça de outra unidade federativa.

O sistema internacional de proteção aos direitos humanos tem função decisiva na defesa da dignidade das pessoas submetidas à privação de liberdade. Quanto ao tema, julgue o próximo item.

- 50** Existe instrumento normativo internacional que traz explicitamente o conceito da tortura, sendo tal convenção alvo de críticas doutrinárias por excluir dessa definição a ação motivada por discriminação.

Espaço livre